

CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA

PARECER

Veto Total ao Projeto de Lei nº. 048/2024 Origem: Poder Executivo

A Comissão de Constituição Justiça e Redação e de Orçamento e Finanças reunidas extraordinariamente nesta data, para apreciar e exarar parecer ao Veto total aposto pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal ao Projeto de Lei nº 48/2024, de autoria dos Nobres Vereadores, dispõe sobre a Lei nº 1.270/2015, alterando seu art. 2°, quanto ao valor fixado para o Cartão Alimentação dos servidores do Poder Executivo e dá outras providências, após apreciar a matéria, as Comissões exaram o seguinte Parecer:

Inicialmente, verificados os prazos, constatamos que a aposição do veto se deu dentro do prazo legal, de 10 dias do recebimento do autógrafo, tendo sido apresentadas as devidas justificativas

As Comissões se manifestam pela rejeição do veto total aposto pelo Executivo ao Projeto de Lei nº 048/2024.

Assim, o parecer é no sentido de que seja o Veto ao Projeto de Lei nº 048/2024 encaminhado ao Douto e Soberano Plenário para apreciação, observado o quórum de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, na forma do parágrafo 4º do artigo 58 da Lei Orgânica do Município.

SALA DAS COMISSÕES EM, 02 DE ABRIL DE 2024.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Andressa Marques Moreira Ceroni Presidente

Emerson Oxyllo Rodrigues Relator

Øeder Kuznier de Ramos

Membro

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

> Emerson Gryllo Rodrigues residente

Andressa Marques Moreira Geroni Relatora

> Milton Cesar Pires Membro